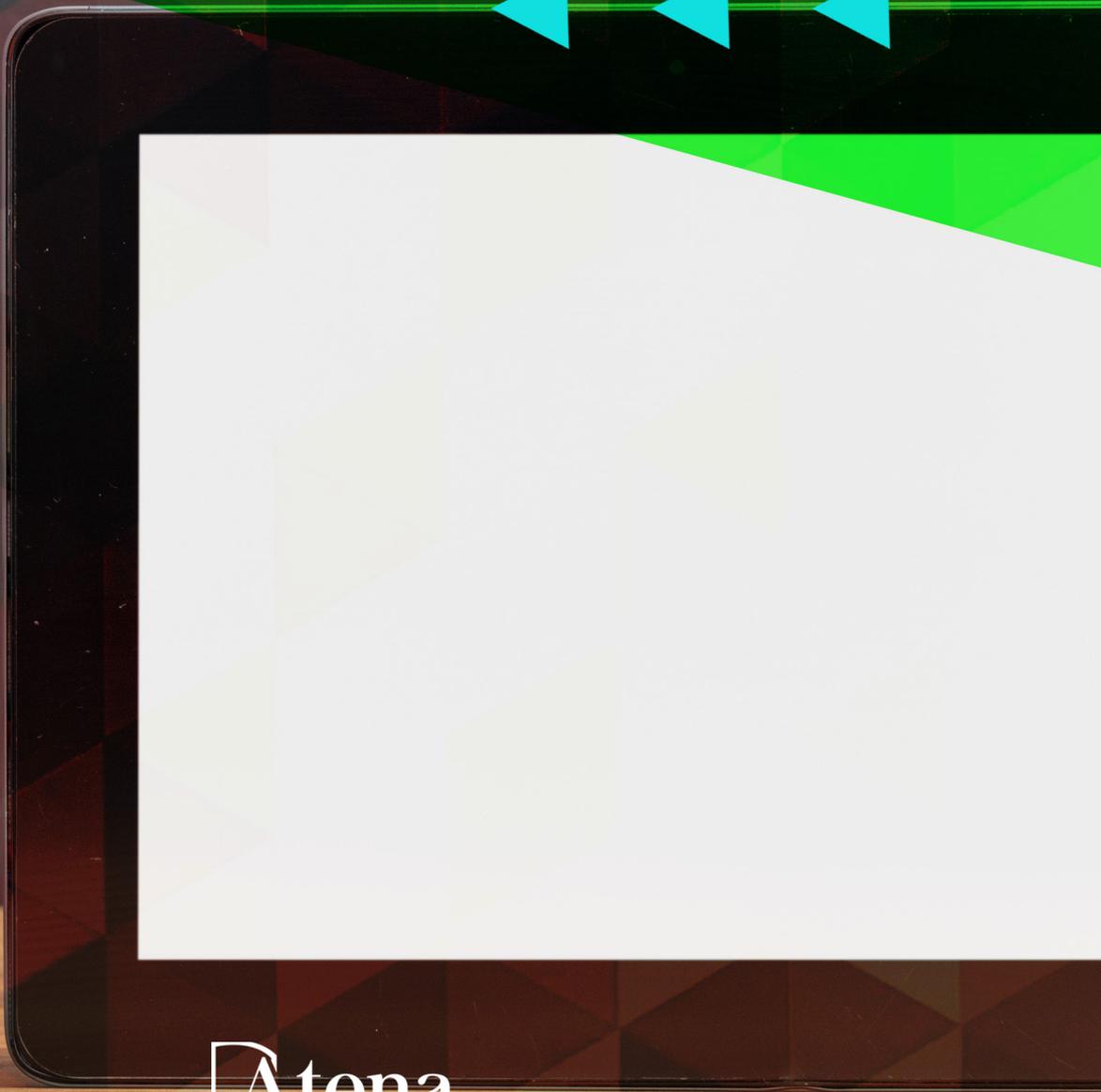




Gabriella Rossetti Ferreira
(Organizadora)

Educação: Políticas, Estrutura e Organização 6



Atena
Editora

Ano 2019

Gabriella Rossetti Ferreira

(Organizadora)

**Educação: Políticas, Estrutura e
Organização**
6

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Lorena Prestes e Geraldo Alves

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

E24 Educação [recurso eletrônico] : políticas, estrutura e organização 6 /
Organizadora Gabriella Rossetti Ferreira. – Ponta Grossa (PR):
Atena Editora, 2019. – (Educação: Políticas, Estrutura e
Organização; v. 6)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-307-1

DOI 10.22533/at.ed.071190304

1. Abordagem interdisciplinar do conhecimento. 2. Currículo
escolar – Brasil. 3. Educação – Pesquisa – Brasil. 4. Políticas
educacionais. I. Ferreira, Gabriella Rossetti. II. Série.

CDD 370.1

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de
responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos
autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra “Educação: Políticas, Estrutura e Organização – Parte 6” traz capítulos com diversos estudos que se completam na tarefa de contribuir, de forma profícua, para o leque de temas que envolvem o campo da educação.

A educação é uma atividade que se expressa de formas distintas, envolvendo processos que tem consequências nos alunos, possui métodos que precisam ser compreendidos; envolve o que se pretende, o que se transmite, os efeitos obtidos, agentes e elementos que determinam a atividade e o conteúdo (forças sociais, instituição escolar, ambiente e clima pedagógico, professores, materiais e outros) (SACRISTÁN, 2007).

O conceito de educação é inseparável do ente subjetivo que lhe dão atributos diferenciados. A educação é algo plural que não se dá de uma única forma, nem provém de um único modelo; ela não acontece apenas na escola, e às vezes a escola nem sempre é o melhor lugar para que ela ocorra.

A escola deve estar pronta para atender a diversidade cultural, conduzindo a aceitação e o respeito pelo outro e pela diferença, pois se valoriza a ideia de que existem maneiras diversas de se ensinar e conseqüentemente diferentes formas de organização na escola, onde seja levado em consideração a complexidade da criação de um currículo que atenda o desafio de incorporar extensivamente o conhecimento acumulado pela herança cultural sem perder a densidade do processo de construção do conhecimento em cada indivíduo singular. A escolaridade faz parte da realidade social e é uma dimensão essencial para caracterizar o passado, o presente e o futuro das sociedades, dos povos, dos países, das culturas e dos indivíduos. É assim que a escolarização se constitui em um projeto humanizador que reflete a perspectiva do progresso dos seres humanos e da sociedade.

Em uma escola democrática não há barreiras educacionais, eliminam-se a formação de grupos com base na capacidade dos alunos, provas preconceituosas e outras iniciativas que tantas vezes impedem o acesso e permanências de todos na escola, proporcionando um ensino de qualidade para todos, sem exclusão.

Gabriella Rossetti Ferreira

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
DO DESENCANTO AO ABANDONO DE SI - MARCAS DA COLONIALIDADE SOBRE O OFÍCIO DE PROFESSOR	
Genilda Alves Nascimento Melo	
Andréia Quinto dos Santos	
Célia Jesus dos Santos Silva	
DOI 10.22533/at.ed.0711903041	
CAPÍTULO 2	12
DOS MODELOS PEDAGÓGICOS EUROPEUS E NORTE-AMERICANOS NA ESCOLA PRIMÁRIA DA PRIMEIRA REPÚBLICA NO BRASIL: PRÁTICAS ESCOLARES DE LEITURA E ESCRITA	
Rosemeire dos Santos Amaral	
Maria Neide Sobral	
DOI 10.22533/at.ed.0711903042	
CAPÍTULO 3	24
EAD SOB A PERSPECTIVA SWOT	
Erika Pinheiro Pérez	
Blanca Martín Salvago	
DOI 10.22533/at.ed.0711903043	
CAPÍTULO 4	38
EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO CURRÍCULO ESCOLAR	
Maria Jussilania Dantas Araújo	
Márcio Rodrigues dos Santos	
Flávia Nunes de Sousa Limeira	
DOI 10.22533/at.ed.0711903044	
CAPÍTULO 5	46
EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA REVOLUÇÃO PLANETÁRIA- SOBRE A VISÃO DE EDGAR MORIN	
Marinalva Valdevino dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.0711903045	
CAPÍTULO 6	53
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: UMA ANÁLISE SOBRE O CENTRO EDUCACIONAL FEMININO (CEF)	
Natalya Regina Fortes Monte Santos	
Maria Gilcília Silva Pereira Borges	
Aislla Maria de Almeida Gomes	
Ana Rita Soares Silva	
DOI 10.22533/at.ed.0711903046	
CAPÍTULO 7	61
EDUCAÇÃO DIGITAL NA TERCEIRA IDADE: RELATO DE EXPERIÊNCIA EM UMA TURMA DE INFORMÁTICA BÁSICA	
Mario Diego Ferreira dos Santos	
Suzy Kamylla de Oliveira Menezes	
DOI 10.22533/at.ed.0711903047	

CAPÍTULO 8	67
EDUCAÇÃO DO CAMPO E GESTÃO DEMOCRÁTICA: UMA ANÁLISE DA EXPERIÊNCIA DA CASA FAMÍLIA RURAL “MANOEL PAULINO DE SOUSA”-ABAETETUBA/PARÁ	
Juliany Serra Miranda Denival de Lira Gonçalves	
DOI 10.22533/at.ed.0711903048	
CAPÍTULO 9	72
EDUCAÇÃO E CULTURA: AS RESSONÂNCIAS (RE)PRODUZIDAS PELAS MÍDIAS NA CULTURA RIBEIRINHA	
Adelmo Viana Wanzeler Benilda Miranda Veloso Silva João Batista do Carmo Silva	
DOI 10.22533/at.ed.0711903049	
CAPÍTULO 10	83
EDUCAÇÃO E TRABALHO: O PROCESSO INTERDISCIPLINAR NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES	
Rosalina Rodrigues de Oliveira Marcelo Fabiano Rodrigues Pereira	
DOI 10.22533/at.ed.07119030410	
CAPÍTULO 11	95
EDUCAÇÃO EM SAÚDE: PREPARANDO PACIENTES E FAMILIARES PARA A DESOSPITALIZAÇÃO	
Juliana Lemos Zaidan Priscyla Dayane Gomes das Chagas Lira Elvira Santana Amorim Andreyana Javorski Rodrigues Jael Maria de Aquino	
DOI 10.22533/at.ed.07119030411	
CAPÍTULO 12	102
EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL: CONTRIBUIÇÃO DO PROGRAMA NOVO MAIS EDUCAÇÃO PARA A EFETIVAÇÃO DA APRENDIZAGEM DOS ALUNOS DA ESCOLA GUIOMAR LYRA, CARUARU – PE	
Marilene da Silva Lima Edilene Maria da Silva Katia Tatiana Moraes de Oliveira Ana Lúcia de Melo Santos Nubênia de Lima Tresena	
DOI 10.22533/at.ed.07119030412	
CAPÍTULO 13	114
EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR: A PERSPECTIVA DO ESPORTE NA ÓTICA DA CULTURA CORPORAL	
Rogério Tauã Mello Machado Yuri Lima Silveira Ian Fonseca Coquet	

DOI 10.22533/at.ed.07119030413

CAPÍTULO 14 119

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UM OLHAR SOBRE A POLÍTICA DE INCLUSÃO NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE ITUMBIARA/GO

Keila Rosa Procópio

Lia Batista Machado

DOI 10.22533/at.ed.07119030414

CAPÍTULO 15 131

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UM OLHAR SOBRE A VIVÊNCIA DO PROFESSOR/A AUXILIAR NA MEDIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM

Gessione Moraes da Silva

Gesomara Lopes Guerra

Maria Adriana de Souza

DOI 10.22533/at.ed.07119030415

CAPÍTULO 16 141

EDUCAÇÃO NA INDÚSTRIA 4.0: CONTRIBUIÇÕES DA SALA INVERTIDA NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Sebastião Soares Lyra Netto

Ana de Kássia Silva Lyra

Jedida Severina de Andrade Melo

Queila Carla Ramos da Silva Alcantara

Andréia Gilzélia de Arruda Santana

Paula Helena da Rocha Silva

Rosilene Tarcisa da Silva Lisboa

DOI 10.22533/at.ed.07119030416

CAPÍTULO 17 156

EDUCAÇÃO NÃO FORMAL NO GRUPO AGITAÇÃO RIO PRETO: ANÁLISE DA ACESSIBILIDADE EM AMBIENTES PROPÍCIOS AO LAZER E À EDUCAÇÃO

Maria Fernanda Sanchez Maturana

Miriam Sinhorelli

Vagner Sérgio Custódio

Isadora de Oliveira Pinto Barciela

Aline Sinhorelli Sakamoto

Vanessa Camilo Sossai

Keila Isabel Botan

Rodrigo Soares da Silva

DOI 10.22533/at.ed.07119030417

CAPÍTULO 18 165

EDUCAÇÃO PERMANENTE: PROCESSO DE TRABALHO DE AUXILIARES EM SAÚDE BUCAL NO INTERIOR DO ESTADO DO CEARÁ – RELATO DE EXPERIÊNCIA

Tainá Macedo Do Vale

Ermano Batista Da Costa

Antônio Rodrigues Ferreira Júnior

DOI 10.22533/at.ed.07119030418

CAPÍTULO 19	173
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL INTEGRADA AO ENSINO MÉDIO: UM ESTUDO DO PNE (2014-2024) E LDB – 9.394/96	
Jamilly Leite Olegario Maria Aparecida dos Santos Ferreira Márcia Gonçalves Keesem	
DOI 10.22533/at.ed.07119030419	
CAPÍTULO 20	180
EDUCAÇÃO SEXUAL: CORPO, GÊNERO E SEXUALIDADE NO PROCESSO DE AUTO-CONHECIMENTO E NA CONSTRUÇÃO DE UMA CIDADANIA ATIVA	
Gabriella Rossetti Ferreira Paulo Rennes Marçal Ribeiro Andreza Marques de Castro Leão	
DOI 10.22533/at.ed.07119030420	
CAPÍTULO 21	198
EDUCAÇÃO SOBRE DIREITOS HUMANOS E ENSINO DE QUÍMICA: EM BUSCA DE UMA FORMAÇÃO CIDADÃ NA ESCOLA	
Alex William Sanches Fernando de Azevedo Alves Brito Pâmela Ribeiro Lopes Soares	
DOI 10.22533/at.ed.07119030421	
CAPÍTULO 22	210
EDUCAÇÃO SOBRE DIREITOS HUMANOS E GÊNERO: ENTRELAÇANDO PERSPECTIVAS	
Alex William Sanches Álvaro de Azevedo Alves Brito Bianca Silva Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.07119030422	
CAPÍTULO 23	218
EFETIVAÇÃO DA INCLUSÃO DO SURDO NO PROCESSO EDUCACIONAL	
Lindacir Laurentino Lima de Medeiros Rosana de Medeiros Silva	
DOI 10.22533/at.ed.07119030423	
CAPÍTULO 24	227
EJA NO MUNICÍPIO DE ARAPIRACA: UMA ANÁLISE PSICANALÍTICA E PEDAGÓGICA NA RELAÇÃO PROFESSOR E ALUNO E A IMPORTÂNCIA DA AFETIVIDADE	
José Clebson dos Santos Jenaice Israel Ferro	
DOI 10.22533/at.ed.07119030424	

CAPÍTULO 25	238
ELABORAÇÃO DE UM OBJETO DE ENSINO-APRENDIZAGEM COM BASE NO SISTEMA DE AUTOMAÇÃO DA COLETA DE ÁGUAS DA CHUVA	
Abel Antônio Alves Kenedy Lopes de Nogueira	
DOI 10.22533/at.ed.07119030425	
CAPÍTULO 26	252
EM DISCUSSÃO: O ENSINO FUNDAMENTAL DE NOVE ANOS E AS DECORRÊNCIAS PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES. ESTAMOS PREPARADOS PARA IMPLANTÁ-LO?	
Rosângela da Silva Camargo Paglia	
DOI 10.22533/at.ed.07119030426	
CAPÍTULO 27	263
ENSINO DA ROBÓTICA: O ARDUINO COMO FERRAMENTA DIDÁTICA	
Brenna Theodora Machado Matos Robério Oliveira Rodrigues Maria Bruna Machado Matos Paulo Sérgio Silvino do Nascimento	
DOI 10.22533/at.ed.07119030427	
CAPÍTULO 28	273
ENSINO DE BOTÂNICA: METODOLOGIA PARA O ESTUDO DAS ANGIOSPERMAS NO FUNDAMENTAL II	
Rivete Silva de Lima Pietra Rolim Alencar Marques Costa Rafaela Sales Pereira Roxo	
DOI 10.22533/at.ed.07119030428	
CAPÍTULO 29	286
ENSINO DE BOTÂNICA: UM ESTUDO A PARTIR DE DISSERTAÇÕES E TESES DEFENDIDAS NO BRASIL (1982 A 2016)	
Laís Goyos Pieroni Maria Cristina de Senzi Zancul	
DOI 10.22533/at.ed.07119030429	
CAPÍTULO 30	297
ENSINO DE HISTÓRIA E A SEGUNDA GRANDE GUERRA A PARTIR DE POESIAS, FOTOGRAFIAS E SUAS REPRESENTAÇÕES	
Daniele Alves Craveiro Fernanda Dalmazo Garcia Fernando Santos Maciel Leticia Vicentina Nunes Zandoná Luciana Berbel Rodrigues	
DOI 10.22533/at.ed.07119030430	

CAPÍTULO 31	302
ENSINO DE LÍNGUA ESTRANGEIRA EM ESCOLAS PÚBLICAS DE PERNAMBUCO: UMA ANÁLISE DOS PARÂMETROS CURRICULARES NO CONTEXTO DE SALA DE AULA	
Samantha Joyce Ferreira Wanderley da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.07119030431	
CAPÍTULO 32	308
ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA PARA ESTRANGEIROS: O FATOR INTERCULTURALIDADE PRESENTE EM MANUAIS DIDÁTICOS PRODUZIDOS NO BRASIL	
Márcia Rejane de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.07119030432	
SOBRE A ORGANIZADORA.....	317

EDUCAÇÃO NÃO FORMAL NO GRUPO AGITAÇÃO RIO PRETO: ANÁLISE DA ACESSIBILIDADE EM AMBIENTES PROPÍCIOS AO LAZER E À EDUCAÇÃO

Maria Fernanda Sanchez Maturana

Universidade Estadual Paulista, Araraquara, São Paulo

Miriam Sinhorelli

Universidade Estadual Paulista, Araraquara, São Paulo

Vagner Sérgio Custódio

Universidade Estadual Paulista, Rosana, São Paulo

Isadora de Oliveira Pinto Barciela

Universidade Estadual Paulista, Rosana, São Paulo

Aline Sinhorelli Sakamoto

Universidade Barão de Mauá, Mauá, São Paulo

Vanessa Camilo Sossai

Universidade Estadual Paulista, Araraquara, São Paulo

Keila Isabel Botan

Universidade Estadual Paulista, Araraquara, São Paulo

Rodrigo Soares da Silva

Centro Educacional Ceci Luiz Ometto

inclusão são direitos primordiais para o convívio em sociedade das pessoas com deficiência física. Nos últimos anos isso começou a mudar e seguindo uma tendência mundial, a educação inclusiva começou a ser pensada com mais planejamento dentre as políticas públicas. Entretanto, na prática, a realidade atual ainda não é o suficiente para que essas pessoas possam estar incluídas na sociedade de fato. Esse princípio faz com que grupos de pessoas com deficiência física busquem outras formas de aprendizado enquadrando-se em uma educação não formal. Essa evidência é encontrada no grupo Agitação Rio Preto no qual, os participantes escolhem locais que denominam como acessíveis e passíveis de utilização para pessoas que fazem o uso da cadeira de rodas para os encontros atrelando o divertimento à aprendizagem. Desta forma, essa pesquisa visa analisar a acessibilidade de locais públicos que o Grupo Agitação Rio Preto frequenta. Para se chegar aos resultados aplicou-se um questionário on line com a organizadora do grupo, os dados foram contabilizados e posteriormente analisados qualitativamente. Os resultados obtidos foram positivos e surpreendentes nos quais, considerou-se que as discussões nos encontros quanto aos locais considerados acessíveis são assertivos.

PALAVRAS-CHAVE: Inclusão. Educação.

RESUMO: A Educação inclusiva deve ser pensada em uma visão ampla incluindo o ambiente escolar e os demais ambientes de ensino, sejam eles formais ou não formais nos quais, devem independente da circunstância agregar informação e conhecimento às pessoas visto que, a igualdade, a acessibilidade e a

Lazer.

ABSTRACT: Inclusive education should be thought of in a broad vision including the school environment and other teaching environments, whether formal or non-formal, in which, regardless of the circumstances, they should aggregate information and people, since equality, accessibility and inclusion fundamental rights for the society in society of people with disabilities. In recent years this has begun to change and following a worldwide trend, the Inclusive education began to be thought of with more planning among public policy. However, in practice, the current reality is still not enough so that these people can be included in de facto society. This principle makes groups of people with physical disabilities look for other forms of learning in a non-formal education. This evidence is found in the Agitation Rio Preto group in which participants choose that they call accessible and usable for the use of the wheelchair for meetings by connecting fun to the learning. In this way, this research aims to analyze the accessibility of the Agitation Rio Preto Group attends. To arrive at the results An online questionnaire was applied with the group organizer, the data were and then analyzed qualitatively. The obtained results were positive and surprising in which it was considered that the discussions in the meetings are considered assertive.

KEYWORDS: Inclusion. Education. Recreation.

1 | INTRODUÇÃO

A Educação inclusiva deve ser pensada em uma visão ampla incluindo o ambiente escolar e os demais ambientes de ensino, sejam eles formais ou não formais nos quais, devem independente da circunstância agregar informação e conhecimento às pessoas visto que, a igualdade, a acessibilidade e a inclusão são direitos primordiais para o convívio em sociedade das pessoas com deficiência física.

Esses três fatores, cada um com sua particularidade, garantem a equidade e a equiparação de oportunidades no exercício da cidadania porém, a educação direcionada a esse público em específico historicamente nunca obteve sua atenção devida no governo brasileiro.

Nos últimos anos isso começou a mudar e seguindo uma tendência mundial, a educação inclusiva começou a ser pensada com mais planejamento dentre as políticas públicas. Entretanto, na prática, a realidade atual ainda não é o suficiente para que essas pessoas possam estar incluídas na sociedade de fato. Esse princípio faz com que grupos de pessoas com deficiência física busquem outras formas de aprendizado enquadrando-se em uma educação não formal.

Essa evidência é encontrada no grupo Agitação Rio Preto que é parte integrante da rede social Facebook, aplicativo útil para a comunicação do grupo e o agendamento de encontros na cidade de São José do Rio Preto interior do Estado de São Paulo. Esse grupo possui mais de 400 pessoas com deficiência física.

Esses encontros são realizados em locais propícios ao lazer no qual, a educação não formal é desenvolvida através de atividades lúdicas. Os participantes escolhem locais que denominam como acessíveis e passíveis de utilização para pessoas que fazem o uso da cadeira de rodas atrelando o divertimento à aprendizagem.

A temática do lazer segundo Melo (2003) é pouco evidenciada nos estudos de acessibilidade e geralmente este fator é deixado em segundo plano, visto que, outros elementos são considerados mais fundamentais nas políticas de inclusão, como a educação porém, a necessidade do entretenimento é de suma importância para a qualidade de vida física e mental das pessoas (DUMAZEDIER, 1976).

O lazer e a sua importância para a qualidade de vida é algo evidente no Agitação Rio Preto no qual, esses encontros conseguem realizar discussões relacionadas a deficiência física de uma maneira inusual.

Os temas educativos não fazem com que o lazer seja deixado de lado devido à consciência que o grupo possui quanto a importância de tal fator. Desta forma, os dois conceitos conseguem ser atrelados alcançando os objetivos almejados. Um dos temas indispensáveis do grupo é o de elencar locais acessíveis para serem visitados na cidade propícios ao lazer familiar e também à realização dos encontros.

Desta forma, esses locais devem ser acessíveis para que eles consigam realizar as duas atividades de maneira inequívoca. Algumas propostas educacionais garantem uma aproximação física das pessoas com deficiência física em sociedade porém, na maioria das vezes essa aproximação é apenas geográfica para que aspectos legais sejam cumpridos.

Por outro lado, as pessoas com deficiência física ainda crescem com o estigma presente no ambiente escolar no qual, a educação acaba não sendo inclusiva como em teoria. Além de que, fatores que não fazem parte das prioridades das propostas governamentais tendem a serem ainda menos inclusivas e acessíveis assim como os ambientes relacionados ao lazer.

Neste sentido, o grupo Agitação Rio Preto consegue direcionar suas rodas de conversa para assuntos que são específicos das pessoas que possuem deficiência física, algo que é pouco discutido em salas de aula ou no ambiente social. Apesar do grupo ser constituído por pessoas de diferentes idades, a união de informações é uma maneira de evidenciar em específico as dificuldades que esse grupo de pessoas possuem em comum.

Desta forma, a acessibilidade seria essencial para a autonomia dessas pessoas de irem até esses locais sem a necessidade de um acompanhante que não tenha deficiência física e que não se enquadrará aos assuntos discutidos. Desta forma, essa pesquisa visa analisar a acessibilidade de locais públicos que o Grupo Agitação Rio Preto frequenta. A hipótese é de que os locais propícios ao lazer possuem menos possibilidade de serem inclusivos por ser um tópico tratado como secundário nos planos governamentais.

2 | A ACESSIBILIDADE E O LAZER

Para uma sociedade se tornar inclusiva os direitos fundamentais das pessoas com deficiência física são indispensáveis. Entretanto, na sociedade individualista atual não convêm às pessoas incluir ao outro, e as mesmas não as reconhecem como livres e iguais com relação a exercer a cidadania.

A falta de acessibilidade, principalmente em ambientes de lazer, é o resultado da falta de informação e da mentalidade singela e errônea da sociedade que, ainda não enxerga pessoas em cadeiras de rodas como pessoas capazes de exercerem o lazer.

Esse pensamento equivocado e antigo da população é o grande causador das dificuldades das pessoas com deficiência física. A acessibilidade depende diretamente da inserção ou alteração de equipamentos em espaços físicos que, essencialmente dependem das pessoas motivadas para tal.

Ou seja, a falta de interesse e de entendimento da população com os deficientes físicos não as tornam propícias para modificarem ou criarem locais acessíveis (MATURANA, 2015). Outra situação importante e comum é a funcionalidade das adaptações, pois, de que adianta ter acessibilidade e adaptação se essa adaptação não for útil para as pessoas?

Portanto, se faz necessário que os indivíduos com deficiência física sejam sujeitos participantes da elaboração e desenvolvimento dos recursos de acessibilidade. Isso é fundamental para que não seja realizada a adaptação “politicamente correta”, ou seja, aquela que existe somente para cumprimento de lei ou norma, mas na verdade possui sérios problemas para sua efetiva utilização. Além de que, em ambientes para lazer, o fato de acharem que não são ambientes propícios para as pessoas com deficiência física, faz com que, nem mesmo o que é exigido em lei seja realizado, também pelo fato de não haver muita fiscalização (MATURANA, 2015).

Neste contexto, é válido lembrar que a luta por acessibilidade e inclusão envolve todo um processo histórico no Brasil. É somente a partir de meados do século XX que ocorre a guinada, trazida, em especial, pelos novos movimentos sociais, que vincula os movimentos pela inclusão ao direito à diferença [...]. Isso é uma grande e problemática novidade, pois a afirmação da diferença até então tinha mais afinidade com ações e ideais conservadores que mantêm desigualdades e exclusões, e anulam ou restringem as possibilidades de relações políticas e sociais democráticas (KAUCHAKJE, 2003, p.67).

Ao longo dos anos, muitas organizações sem objetivos políticos foram criadas com o propósito de arrecadação de verbas para promover o entretenimento das pessoas associadas, e as principais delas promoviam a prática do esporte adaptado. Esses foram os primeiros avanços no âmbito do lazer para as pessoas com deficiência. São exemplos dessas organizações: a Associação Brasileira de Deficientes Físicos (Abradef); Clube do Otimismo; Clube dos Paraplégicos de São Paulo; e a Fraternidade Cristã de Doentes e Deficientes (FCDD).

Neste contexto, relata-se que a popularização de organizações e de encontros de pessoas com deficiência teve seu ápice no 1º Encontro Nacional de Entidades de Pessoas Deficientes que ocorreu em Brasília no ano de 1980 (MARTINS, 2010). Outros aspectos legais foram importantes dentro do Brasil, como o Decreto nº 5.296, sancionado no dia 2 de dezembro de 2004, pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva que, regulamentou as Leis federais nº 10.048 e 10.098. Essas leis são direcionadas à acessibilidade referente às pessoas com deficiência física ou mobilidade reduzida. Essa lei foi promulgada com o intuito de promover a cidadania efetiva englobando de forma ampla dos direitos humanos.

A regulamentação dessas Leis representou um passo decisivo para a cidadania das crianças, jovens, adultos e idosos com deficiência ou mobilidade reduzida, pois traçou os caminhos para a efetivação dos direitos humanos das pessoas com deficiência fazendo com que a escola, a saúde, o trabalho, o lazer, o turismo e o acesso à cultura sejam elementos presentes na vida destas pessoas (MARTINS, 2010, p. 102).

Entretanto, sabe-se que a lei disposta não atinge todos os objetivos explanados, visto que, o Estado criou a lei, porém não promove ações permanentes para que ela seja cumprida. A acessibilidade ainda hoje é precária em diversos meios sociais, a fiscalização errônea ou quase inexistente, faz com que, a sociedade não se sinta pressionada a modificar-se.

O estigma que envolve a deficiência acaba os tornando excluídos de elementos que envolvam o prazer. Em muitos casos, as pessoas os enxergam apenas como pessoas restritas as suas deficiências, como se não quisessem ou não tivessem tempo para se preocuparem com outros fatores.

E a própria incorporação do estigma tornam as pessoas com deficiência física sem motivação a realizá-las. Encontra-se nesta análise um duplo tabu: a deficiência física e o direito ao lazer. Relata-se que o lazer é um fator que também já foi muito estigmatizado pela sociedade. Até hoje, a concepção de lazer está associada à ociosidade e ao tempo livre. Entretanto, muitos discorrem a ideia de que esse tempo é desnecessário, e que só acontece por pessoas desocupadas.

A necessidade do entretenimento já foi comprovada cientificamente, mas, geralmente este fator é deixado em último plano, visto que, elementos são considerados mais fundamentais. Segundo Dumazedier (1976, p.34) o lazer pode ser entendido como o: “conjunto de atividades desenvolvidas pelos indivíduos seja para descanso, seja para divertimento, seja para seu desenvolvimento pessoal e social, após cumpridas suas obrigações profissionais, familiares e sociais (DUMAZEDIER, 1976, p. 34).”

É válido desta forma, discorrer sobre os aspectos históricos e evolutivos do lazer. O lazer, no campo científico, pouco teve importância nos tempos remotos. Os estudos mais aprofundados iniciaram-se recentemente na vida moderna, em que sentiu-se a necessidade de momentos de relaxamento e descanso, visto que, o cotidiano urbano acelerado estava começando a prejudicar a vida física e psicológica das pessoas (CAMARGO, 1986).

Entretanto, nem sempre pensou-se assim. Poucas civilizações percebiam a importância desses estudos para a melhoria na qualidade de vida das pessoas. Tem-se relatos de que, apenas a Grécia Antiga, valorizava-se o tempo livre e defendia-se o lazer.

Esse tempo era considerado como social, para a realização de atividades no período de não-trabalho e era denominado por “scholé” (DUMAZEDIER, 1976). Entretanto, na Grécia Antiga, nem todos os grupos tinham o direito de usufruírem deste lazer, principalmente porque não tinham o direito ao tempo livre, como os escravos.

Compara-se desta forma, essa época com os tempos de hoje, pois, essa segregação de grupos, mesmo que subjetivamente, ainda acontece, no qual, de forma implícita, grupos desviantes e estigmatizados são impedidos de participarem do contato social, pois, pela exclusão os tornam desmotivados e intimidados de participarem deste tempo social.

O grupo Agitação Rio Preto indiretamente pode ser visto como um grupo que se uni entre pessoas que possuem deficiência para tentar fugir do estigma que os envolvem em sociedade no qual, usam de experiências, informações e educação para se fortalecerem e possuírem uma boa qualidade de vida. No Brasil, a industrialização e conseqüentemente os ganhos trabalhistas acontecerem nas décadas de 1930 e 1940.

Após essas evoluções, os trabalhadores puderam começar a usufruir do tempo livre, que seria aquele tempo em que ele não estaria realizando suas funções, como ditados em lei. Na década de 1950 também têm-se grandes ganhos a respeito. Hospitais e centros de reabilitação física se dispuseram a criar programas de lazer e recreação para seus pacientes. Eles eram coordenados por voluntários e por profissionais específicos (SASSAKI, 1999).

Entretanto, exteriormente a essas instituições, o lazer e o entretenimento das pessoas com deficiência física eram prejudicados, no qual, não tinham a possibilidade de exercerem esse direito, pelo fato de que, praticamente todos os lugares eram inacessíveis, como: cinemas, teatros, museus, restaurantes, boates, hotéis e assim por diante (SASSAKI, 1999).

Já nos anos 80, essa concepção começou a se modificar, pois o lazer e a recreação começaram a ser percebidos como fatores positivos na disposição física, visto que, comprovou-se que pessoas bem sucedidas no trabalho desenvolviam habilidades de lazer. A saúde, a motivação, a autoimagem, e o psicológico também começaram a ser elementos relacionados à prática do lazer (SASSAKI, 1999).

Magnani (1982) também defende a ideia de que as atividades lúdicas seriam ideais para o aprofundamento de conhecimentos, da cultura, de hábitos, e o entendimento do próprio corpo e necessidades da pessoa com deficiência, principalmente porque seriam momentos de vivência coletiva. Desta forma, essa pesquisa será válida para elencar o nível de acessibilidade em locais propícios ao lazer dispostos ao público da cidade de Rio Preto.

3 | METODOLOGIA

A pesquisa em questão foi realizada em forma de questionário. Esse questionário envolvia 8 questões fechadas no qual, questionavam aspectos relacionados a acessibilidade e a inclusão dos 4 últimos lugares frequentados pelo grupo na cidade, são eles: Bosque Municipal; Represa Municipal; Parque Ecológico e SESC, esse último é o único local que não é de responsabilidade da Prefeitura Municipal. Esse questionário foi aplicado para a Organizadora do grupo Agitação Rio Preto através da ferramenta Messenger do Facebook visto que, a responsável pelo grupo participou de todos os encontros e tem grande influência na decisão dos locais. Questionário aplicado:

- 1) Possui pessoal treinado em assuntos de acessibilidade?**
PARQUE ECOLÓGICO: SIM () NÃO ()
SESC: SIM () NÃO ()
BOSQUE MUNICIPAL: SIM () NÃO ()
REPRESA MUNICIPAL: SIM () NÃO ()
- 2) Guias rebaixadas?**
PARQUE ECOLÓGICO: SIM () NÃO ()
SESC: SIM () NÃO ()
BOSQUE MUNICIPAL: SIM () NÃO ()
REPRESA MUNICIPAL: SIM () NÃO ()
- 3) Rampas Acessíveis?**
PARQUE ECOLÓGICO: SIM () NÃO ()
SESC: SIM () NÃO ()
BOSQUE MUNICIPAL: SIM () NÃO ()
REPRESA MUNICIPAL: SIM () NÃO ()
- 4) Estado de Conservação da circulação interna:**
PARQUE ECOLÓGICO: () Bom () Regular () Ruim () Péssimo
SESC: () Bom () Regular () Ruim () Péssimo
BOSQUE MUNICIPAL: () Bom () Regular () Ruim () Péssimo
REPRESA MUNICIPAL: () Bom () Regular () Ruim () Péssimo
- 5) Circulações e acessos:**
PARQUE ECOLÓGICO: () Acessíveis () Parcialmente acessíveis () Inacessíveis
SESC: () Acessíveis () Parcialmente acessíveis () Inacessíveis
BOSQUE MUNICIPAL: () Acessíveis () Parcialmente acessíveis () Inacessíveis
- REPRESA MUNICIPAL: () Acessíveis () Parcialmente acessíveis () Inacessíveis
- 6) Sanitários:**
PARQUE ECOLÓGICO: () Acessíveis () Parcialmente acessíveis () Inacessíveis
SESC: () Acessíveis () Parcialmente acessíveis () Inacessíveis
BOSQUE MUNICIPAL: () Acessíveis () Parcialmente acessíveis () Inacessíveis
REPRESA MUNICIPAL: () Acessíveis () Parcialmente acessíveis () Inacessíveis
- 7) A edificação permite autonomia e segurança:**
PARQUE ECOLÓGICO: SIM () NÃO ()
SESC: SIM () NÃO ()
BOSQUE MUNICIPAL: SIM () NÃO ()
REPRESA MUNICIPAL: SIM () NÃO ()
- 8) Sobre o atendimento às pessoas:**
*PCR - Pessoa em Cadeira de Rodas *PMR - Pessoa com Mobilidade Reduzida *PO - Pessoa Obesa
PARQUE ECOLÓGICO: () Atende a PCR*, PMR* e PO* () Atende PCR e PMR () Atende PMR e PO () Atende PCR e PO () Atende apenas PMR () Não atende a PCR, PMR e PO
SESC: () Atende a PCR*, PMR* e PO* () Atende PCR e PMR () Atende PMR e PO () Atende PCR e PO () Atende apenas PMR () Não atende a PCR, PMR e PO
BOSQUE MUNICIPAL: () Atende a PCR*, PMR* e PO* () Atende PCR e PMR () Atende PMR e PO () Atende PCR e PO () Atende apenas PMR () Não atende a PCR, PMR e PO
REPRESA MUNICIPAL: () Atende a PCR*, PMR* e PO* () Atende PCR e PMR () Atende PMR e PO () Atende PCR e PO () Atende apenas PMR () Não atende a PCR, PMR e PO

As respostas foram contabilizadas utilizando-se do programa Excel para uma

posterior análise qualitativa.

4 | RESULTADOS

Os resultados obtidos foram positivos e surpreendentes e as hipóteses foram derrubadas. Das 8 questões, a Represa Municipal e o Sesc não obtiveram nenhum item considerado fora dos níveis de acessibilidade; o Parque Ecológico obteve apenas 1 item negativo e um parcialmente acessível, já o Bosque Municipal foi o local desviante dentre os demais no qual, obteve 7 respostas negativas e apenas 1 parcialmente acessível. Relata-se que o Bosque Municipal da cidade está se degradando por abandono e esse ambiente propício ao lazer está deixando de ser útil à população principalmente às pessoas que possuem alguma desvantagem física no qual, a locomoção é mais restrita. Entretanto, após os dados gerais, relata-se que os demais locais podem ser considerados acessíveis e propícios para a realização de atividades lúdicas e da inserção educacional. Nas tabelas abaixo têm-se as respostas obtidas:

Tabela 1: Resultados parte 1

	A	B	C	D	E
1		Possui pessoal treinado?	Guias rebaixadas	Rampas acessíveis	Estado de conservação
2	PARQUE ECOL.	SIM	NÃO	SIM	BOM
3	SESC	SIM	SIM	SIM	BOM
4	BOSQUE	NÃO	NÃO	NÃO	PÉSSIMA
5	REPRESA	SIM	SIM	SIM	BOM

Fonte: Autores, 2018.

Tabela 2: Resultados parte 2

	A	B	C	D	E
1		Circulação e acessos	Sanitários	Autonomia e Segurança	Sobre o atendimento às pessoas
2	PARQUE ECOL.	PARCIALMENTE ACESSÍVEL	ACESSÍVEIS	SIM	ATENDE A PCR, PMR e PO
3	SESC	ACESSÍVEIS	ACESSÍVEIS	SIM	ATENDE A PCR, PMR e PO
4	BOSQUE	INACESSÍVEIS	PARCIALMENTE ACESSÍVEL	NÃO	NÃO ATENDE A PCR, PMR e PO
5	REPRESA	ACESSÍVEIS	ACESSÍVEIS	SIM	ATENDE A PCR, PMR e PO

Fonte: Autores, 2018.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considera-se que as discussões nos encontros quanto aos locais considerados acessíveis são assertivos. O Brasil ainda está longe de uma acessibilidade plena e funcional tanto na educação, assim como nos ambientes de lazer e na sociedade em geral porém, o fato não pode ser generalizado pois, os dados demonstram que a prefeitura de Rio Preto está fazendo com que a lei seja imposta na prática visto

que, os principais destinos de lazer da cidade estão dentre os analisados. Relata-se desta forma, que os locais escolhidos podem ser usufruídos para o lazer do grupo, o lazer familiar e discussões dentro de uma educação não formal que podem facilitar o convívio dessa população em sociedade.

REFERÊNCIAS

CAMARGO, L.O.L. **O que é lazer**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

DUMAZEDIER, J. **Sociologia empírica do lazer**. São Paulo: Perspectiva, 1976.

KAUCHAKJE, S. “**Comunidade Surda**”: as demandas identitárias no campo dos direitos, da inclusão e da participação social. In: SILVA, I. R.; KAUCHAKJE, S.; GESUELI, Z. M.; (Org.). *Cidadania, surdez e linguagem: desafios e realidades*. São Paulo: PLEXUS, 2003, p.67-69.

MAGNANI, J. G. C. **Os pedaços da cidade**. São Paulo, Espaço e Debates, 1982.

MARTINS, M.C (Comp.). **História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil**. - Brasília: Secretaria de Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010. 443p.: il. 28X24 cm.

MATURANA, M.F.S. **Diagnóstico de acessibilidade e inclusão em cabarés de São José do Rio Preto/SP**: A visão das garotas de programa e pessoas com deficiência física. Universidade Estadual Paulista, Rosana, SP, 2015.

MELO, V. A. **Introdução ao lazer**. Barueri: Manole, 2003.

SASSAKI, R. K. **Inclusão, construindo uma sociedade para todos**. 3.ed. Rio de Janeiro: W.V.A. 1999.

SOBRE A ORGANIZADORA

Gabriella Rossetti Ferreira

- Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Educação Escolar da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, Araraquara, Brasil.
- Mestra em Educação Sexual pela Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, Araraquara, Brasil.
- Realizou parte da pesquisa do mestrado no Instituto de Educação da Universidade de Lisboa (IEUL).
- Especialista em Psicopedagogia pela UNIGRAN – Centro Universitário da Grande Dourados - Polo Ribeirão Preto.
- Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, Araraquara, Brasil. Agência de Fomento: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq.
- Atua e desenvolve pesquisa acadêmica na área de Educação, Sexualidade, Formação de professores, Tecnologias na Educação, Psicopedagogia, Psicologia do desenvolvimento sócio afetivo e implicações na aprendizagem.

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/0921188314911244>

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-307-1

